



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental SEM AAF	04040000794/13	09/07/2013 09:06:48	NUCLEO TIMÓTEO
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
2.1 Nome: 00298245-2 / MUNICIPIO DE ANTONIO DIAS		2.2 CPF/CNPJ:	
2.3 Endereço:		2.4 Bairro:	
2.5 Município: ANTONIO DIAS		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 35.177-000
2.8 Telefone(s):		2.9 E-mail:	
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
3.1 Nome:		3.2 CPF/CNPJ:	
3.3 Endereço:		3.4 Bairro:	
3.5 Município:		3.6 UF:	3.7 CEP:
3.8 Telefone(s):		3.9 E-mail:	
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL			
4.1 Denominação:		4.2 Área Total (ha):	
4.3 Município/Distrito:		4.4 INCRA (CCIR):	
Livro:		Folha:	Comarca:
4.6 Coordenada Plana (UTM)		X(6):	Datum:
		Y(7):	Fuso:
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL			
5.1 Bacia hidrográfica:			
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)			
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).			
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).			
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 0,00% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.			
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)			
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel			Área (ha)

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		
		Outro:		
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA			Quantidade	Unidade
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa			0,0950	ha
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			Quantidade	Unidade
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa			0,0950	ha
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação n	SAD-69	23K	739.747	7.836.141
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Infra-estrutura	manutenção de travessia - ponte			0,0950
Total				0,0950
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria: 0	10.2.2 Diâmetro(m): 0	10.2.3 Altura(m):		
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar): 0			(dias)	
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc): 0				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc): 0				

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS**1. HISTÓRICO**

" Data da formalização: 20/05/2013
" Data do pedido de informações complementares: 08/07/2013
" Data de entrega das informações complementares: 08/11/2013
" Data da emissão do parecer técnico: 11/11/2013

2. OBJETIVO

É objeto desse parecer analisar a solicitação para Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa. É pretendido com a intervenção requerida a regularização de obra em caráter emergencial já realizada em uma área correspondente a 0,095 ha, referente à intervenção na estrutura da travessia sobre o ribeirão grande.

3. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A área de intervenção encontra-se na estrada de acesso à localidade denominada de Comunidade Horto Baratinha, conforme informação do Requerente em documentos que compõe o processo em tela, localizada no Município de Antônio Dias, e nestes termos a obra pretendida entende-se atender a toda comunidade local, que segundo a legislação, considera-se obra de utilidade pública.

Segundo o Plano Simplificado de Utilização Pretendida, trata-se da intervenção na estrutura da travessia sobre o ribeirão grande, sendo esta uma área de uso público e a citada atividade foi realizada em prol da municipalidade, evitando assim o risco grave e iminente de degradação ambiental através do solapamento de suas cabeceiras sobre o ribeirão e risco de queda em função da estrutura de aço estar corroída pelo desgaste natural, dificultando o acesso sobre a mesma e colocando em risco a integridade física de pessoas que circulam na área.

E durante a vistoria observou-se que no local da intervenção foi colocado terra nas cabeceiras da ponte e também a construção de uma viga para sustentação da estrutura de aço da ponte que se encontra em avançado estado de corrosão afetando praticamente toda sua estrutura.

A área onde foi realizada a intervenção encontra-se na sub-bacia do rio Piracicaba, um dos principais contribuintes da bacia do Rio Doce.

A área de intervenção é sobre o ribeirão Grande, também conhecido localmente por rio Cocais Grande, que deságua diretamente no rio Piracicaba.

A topografia da área de intervenção constitui-se de áreas planas e platôs com características antrópicas acentuadas, onde é facilmente observada a movimentação do substrato por anteriores atividades e infra-estruturas (pastagens, mineração, estradas, etc.). O relevo natural foi seriamente modificado pela ação do homem.

Toda área a montante da ponte serve como de recarga hídrica ao rio Piracicaba. Alguns talwegues estão diretamente direcionados a este rio e outros direcionados ao ribeirão Grande que é afluente deste.

4. DA AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A intervenção requerida, sendo considerada eventual e de Baixo Impacto Ambiental, refere-se intervenção na estrutura da travessia sobre o ribeirão grande através do aterramento das cabeceiras e construção de viga de sustentação, localizada nas coordenadas: longitude 739.747 e latitude 7.836.141 descrito no mapa/croqui apresentado, bem como descritos no Plano Simplificado de Utilização Pretendida e Caracterização Biofísica.

O protocolo do processo em tela, objeto do presente trabalho de vistoria técnica "in loco" é de regularização de Obra Emergencial, ou seja, obra esta já realizada,

A referida atividade é também objeto de Outorga de Direito de Uso de Águas para modalidade de travessia Rodo-Ferroviária, conforme FOBI nº 105680/2012, citado no Laudo Técnico de Alternativa Locacional.

A área objeto de requerimento é considerada de preservação permanente de recursos hídricos. A atividade se relaciona à intervenção ocorrida em caráter emergencial, sem supressão de vegetação nativa e ou plantada sem rendimento lenhoso significativo. Conforme citado no Plano Simplificado de Utilização Pretendida, trata-se de uma área de uso público e a citada atividade foi realizada em prol da municipalidade, evitando assim o risco grave e iminente de degradação ambiental através do solapamento de suas cabeceiras sobre o ribeirão e risco de queda em função da estrutura de aço estar corroída pelo desgaste natural, dificultando o acesso sobre a mesma e colocando em risco a integridade física de pessoas que circulam na área.

A ponte ocupa apenas uma área de 0,015 hectares marginais ao curso d'água, a estrada de acesso à ponte ocupa uma área de 0,080 hectares. Ambas as ocupações são consideradas consolidadas na forma da legislação vigente.

A estrutura de suporte da ponte apresenta as seguintes dimensões: 27,5 metros de comprimento por 5,5 metros de largura, estando sua plataforma localizada a 5,15 metros do nível da água.

O local selecionado e a situação evidenciada apresenta-se com características favoráveis à intervenção, pois a mesma é considerada de uso antrópico e consolidado, inexistindo assim, outras alternativas técnicas e locacionais para a intervenção

requerida.

Salientamos que a referida intervenção realizada em 05/2012 conforme Laudo Técnico de Alternativa Técnica Locacional do Empreendimento, esta já está necessitando de novos reparos (manutenção), pois a mesma se encontra em péssimas condições de uso pela comunidade.

OBSERVAÇÕES:

Considerando que tecnicamente o processo em tela é passível de deferimento, entretanto, devido a intempestividade de protocolização do mesmo, conforme documentos apresentados e segundo a legislação vigente, o mesmo é passível de INDEFERIMENTO, pois houve uma Autorização Prévia para Intervenção Emergencial nº 10/2012, fls. 100, o qual o empreendedor deveria ter respeitado o prazo estabelecido no Formulário de Orientação Básica Integrado FOBI nº 105680/2012 (90 dias – vencimento em 13/05/2012), verificou-se que a entrega dos documentos, conforme Recibo de Entrega de Documentos nº 357559/2012, fls. 02, foi protocolizado no órgão ambiental em 15/05/2012.

Assim sendo, considerando a intempestividade no protocolo, as sanções devidas, são aquelas descritas na Autorização Prévia para Intervenção Emergencial nº 10/2012, fls 100, quais sejam:

“Em caso de constatação do caráter não emergencial da intervenção, bem como, a não formalização do processo no prazo estipulado pelo FOBI em referência, o interessado sofrerá as sanções administrativas cabíveis e cassação da referida autorização, sendo o fato comunicado ao Ministério Público, para apuração e configuração do ilícito penal.”

5. CONCLUSÃO

Somos pelo INDEFERIMENTO da solicitação de Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa correspondente a regularização de Obra Emergencial, que após análise documental e de vistoria técnica "in loco" foi constatado a intervenção ambiental requerida a título de obra emergencial, pela Prefeitura Municipal de Antônio Dias.

As considerações técnicas descritas neste parecer (Anexo III) devem ser apreciadas pelo Supervisor Reginal - IEF.

MEDIDAS MITIGADORAS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Pela decisão de sugerir o indeferimento, as medidas acima não serão mencionadas.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

HORADES JOSÉ DE OLIVEIRA - MASP: 562866-4

14. DATA DA VISTORIA

quarta-feira, 19 de junho de 2013

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Cuida-se de manifestação jurídica referente ao Processo Administrativo nº 04040000794/13, para fim de Intervenção Ambiental, cujo Requerente é a Prefeitura de Antônio Dias, na modalidade de Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa numa área de 0,095ha., localizada no Município de Antônio Dias/MG.

Em cumprimento à Lei Estadual nº. 15.971/2006, realizou-se a publicação, na Imprensa Oficial, do pedido de intervenção ambiental (fl. 112).

Conforme se depreende nos documentos trazidos aos autos, houve uma Autorização Prévia para Intervenção Emergencial nº 10/2012, fls. 100, o qual o empreendedor deveria ter respeitado o prazo estabelecido no Formulário de Orientação Básica Integrado FOBI nº 105680/2012 (90 dias – vencimento em 13/05/2012) para formalização do processo de Outorga de direito de uso dos recursos hídricos e demais intervenções. Observa-se que a entrega dos documentos, conforme Recibo de Entrega de Documentos nº 357559/2012, fls. 02, foi protocolado no órgão ambiental em 15/05/2012. Verificando o calendário de 2012, a data mencionada para o vencimento seria um domingo, desta forma o último dia do prazo seria o dia útil subsequente, qual seja, 14/05/2012.

Importante frisar que o protocolo/recibo de entrega de documentos no órgão ambiental é feito de forma digital ou manual, neste ultimo, apenas quando os sistemas estão em manutenção ou “fora do ar”. Não há, portanto, outra maneira de assegurar o recebimento desses senão por meio do protocolo/recibo de entrega de entrada de documentos. Qualquer outro tipo de carimbo, realizado por servidores, como por exemplo, de “confere com o original” não possui o condão de atestar a entrada de documentos no órgão.

Assim sendo, considerando a intempestividade no protocolo, as sanções devidas, são aquelas descritas na Autorização Prévia para Intervenção Emergencial nº 10/2012, fls 100, quais sejam

“Em caso de constatação do caráter não emergencial da intervenção, bem como, a não formalização do processo no prazo estipulado pelo FOBI em referência, o interessado sofrerá as sanções cabíveis e cassação da referida autorização, sendo o fato comunicado ao Ministério Público, para apuração e configuração.”

Ressalta-se que os analistas não gozam de poderes para concessão ou dilação de prazo para apresentação de “novo” processo fora do prazo previsto em lei.

Ex positis, com a devida vênia, opino pelo indeferimento do pedido com base nas disposições legais apontadas neste Controle Processual.

Oportunamente, recomenda-se a lavratura de Auto de Infração, por realizar intervenção ambiental sem a devida autorização do órgão ambiental competente.

Consta no presente feito a comprovação dos emolumentos referente à vistoria técnica realizada fls. 110.

O presente feito é de competência decisória do Supervisor Regional do IEF, ex vi do inciso I, do parágrafo único, do artigo 42, do Decreto Estadual 47.344/2018, de 23 de janeiro de 2018; esclarecemos que, ante seu caráter meramente opinativo, o presente Controle Processual não tem força vinculativa aos atos a serem praticados pelo mesmo.

É como submetemos à consideração superior.

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)
--

TALITA CAMILLE DA SILVA RAMINHO - 125.722

17. DATA DO PARECER

terça-feira, 16 de abril de 2019